



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140751 - RJ (2021/0000528-9)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**RECORRENTE** : JEAN FELIPE SAMPAIO GOMES (PRESO)  
**ADVOGADO** : ALESSANDRO LUIZ GOMES DE JESUS - RJ142901  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JEAN FELIPE SAMPAIO GOMES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (*Habeas Corpus* n. 0074448-41.2020.8.19.0000).

Consta dos autos que o recorrente encontra-se preso desde 2 de dezembro de 2019 em razão de prisão preventiva decretada pela prática, em tese, do delito de roubo majorado, por duas vezes, tipificado no art. 157, § 2º inciso II, do Código Penal.

Sustenta que o indeferimento do pedido de revogação de prisão é imotivado, porque utilizou apenas os argumentos do Ministério Público como fundamento (fls. 93-94).

Alega que não existe evidência material da passagem do recorrente "pelo cenário do crime, ou até mesmo de subtração/apropriação das res furtivas" (fl. 101).

Aduz, também, que o recorrente estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para a formação da culpa, em razão de obstáculo criado pelo próprio Estado (fl. 102).

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão ou a sua revogação com aplicação de medidas cautelares e, no mérito, que seja confirmada a liminar (fl. 102).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente